

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO V – Nº 790 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 7 DE JANEIRO DE 1999

## Senado aprova em primeiro turno prorrogação e aumento da CPMF

Proposta eleva a alíquota dos atuais 0,20% para 0,38% nos primeiros 12 meses de sua nova vigência e para 0,30% nos 24 meses seguintes. Votação em segundo turno está prevista para o dia 19

### Relator quer quebrar sigilo de institutos de pesquisa

Em reunião informal da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que apura possíveis irregularidades praticadas pelos institutos de pesquisa nas eleições, o relator, senador Roberto Requião, informou que na próxima reunião solicitará a quebra dos sigilos bancário e telefônico das empresas e de seus diretores. Parlamentares integrantes da comissão estranharam petição da entidade representativa do setor de pesquisa pleiteando a extinção e o arquivamento da CPMI.

PÁGINA 8



Ao final de duas horas de discussão, o plenário aprovou a proposta com 61 votos favoráveis e 12 contrários

O plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional que prorroga por três anos e aumenta a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Depois de duas horas de discussão, na qual se pronunciaram 16 senadores, a alteração constitucional recebeu 61 votos a favor e 12 contra. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, marcou para o próximo dia 19 a votação da emenda em segundo turno. De autoria do ex-líder do governo no Senado, Elcio Alvares, a proposta aumenta a alíquota da CPMF dos atuais 0,20% para 0,38% nos primeiros 12 meses de sua nova vigência. Nos 24 meses seguintes, a CPMF será de 0,30%. O governo prevê que, nos primeiros 12 meses, a contribuição irá gerar cerca de R\$ 15,3 bilhões.

PÁGINAS 4 E 5



Presidida por Nabor (ao lado de Suplicy, no centro), a comissão ouve os indicados para as agências reguladoras

### Aprovadas duas indicações para agências reguladoras

Duas mensagens presidenciais indicando dirigentes para agências reguladoras de setores de infra-estrutura foram aprovadas ontem pelo plenário do Senado. Para a Agência Nacional de Petróleo (ANP), Júlio Colombi Netto teve a sua recondução ao cargo de diretor aprovada por 61 votos a favor, um contra e sete absten-

ções. Para a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o nome de Luiz Tito Cerasoli foi aprovado para integrar o Conselho Diretor por 57 votos a favor, um contra e seis abstenções. A votação foi secreta. As duas indicações já haviam sido acolhidas pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

PÁGINA 3

# Senado deve votar projeto sobre parcelamento de solo

Proposta beneficia proprietários de imóveis em litígio com a criação de um título provisório, que permitirá financiamento da casa própria

Na sessão que será realizada às 10h de hoje, o Senado deverá votar projeto de lei que permite o parcelamento do solo urbano nas áreas submetidas a processo judicial expropriatório, pendente de solução definitiva. Originário da Câmara, o projeto permite que a pessoa que comprar um lote nessa situação possa registrar em cartório o título de cessão da posse.

A proposição cria um título provisório que traz a possibilidade de sua transformação em domínio. Atualmente, quem compra ou recebe um lote em processo de desapropriação não recebe qualquer do-

cumento enquanto durar o processo na Justiça, o que às vezes leva até dez anos. Relator do projeto no Senado, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) apresentou parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, argumentando que, com o registro em cartório, os compradores ou beneficiários passarão a ter acesso a financiamento bancário para construir suas casas.

O projeto dispõe que, independentemente de decisão judicial sobre a desapropriação, ficará proibida a retrocessão - ato pelo qual o adquirente de um bem transfere de volta a propriedade desse bem aque-

le de quem o adquirira. Isso protegerá os adquirentes e o patrimônio público.

Também deverá ser votado na mesma sessão projeto de lei da Câmara que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal. O projeto tramita em regime de urgência, a pedido do presidente Fernando Henrique Cardoso, e seu relator é o senador Francelino Pereira (PFL-MG). A matéria define normas básicas para a administração federal, visando à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos atos da administração.

# Palmeira participa de encontro sobre a fome

Como presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, o senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) relatou ao Senado os temas discutidos em conferência internacional realizada pela entidade no Parlamento italiano, sob o patrocínio da Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em Roma.

De 29 de novembro a 2 de dezembro, os parlamentares avaliaram as medidas tomadas nos diversos países, para atingir os objetivos da Cúpula Mundial de Alimentação, dos quais o mais crucial é o de erradicar a fome do mundo até o ano 2000.

Como um dos grandes produtores mundiais de alimentos, salientou o senador, o Brasil, a despeito de sua inegável responsabilidade na concretização dos objetivos firmados por vários países junto à FAO, não elimi-

nou a ameaça da fome em suas próprias fronteiras, disse Palmeira.

As fragilidades nacionais evidenciam-se, na opinião do senador, em regiões como o semiárido nordestino e nos bolsões de pobreza dos grandes centros urbanos. "Revelam-se elas também no desperdício por falta de condições adequadas na infraestrutura de transporte, armazenamento e conservação", afirmou.

Programas como os de renda mínima, de cestas básicas e de eliminação do trabalho infantil, como o desenvolvido pelo programa Comunidade Solidária, por outro lado, apontam para uma opinião nacional já consciente de que, ao lado da educação, a erradicação da fome "continua sendo o maior de todos os nossos constrangimentos a serem superados", avaliou Palmeira.

## PAUTA DO SENADO PARA O PERÍODO DE 4 A 29 DE JANEIRO DE 1999

Número	Assunto	Relator	Situação
PEC 34/98	Prorroga e altera a alíquota da CPMF	Romeu Tuma (PFL-SP)	Aprovada, em 1º turno. Início da discussão em 2º turno, em 14/01/99
<b>Reforma Político-Partidária</b>			
PLS 187/98	Limita acesso ao Fundo Partidário	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PLS 188/98	Institui o financiamento público das campanhas eleitorais	Sérgio Machado (PSDB-CE)	CCJ
PLS 189/98	Prazos de domicílio eleitoral e filiação partidária	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 38/98	Limita o número de vereadores	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 39/98	Institui o voto facultativo	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 40/98	Restringe pesquisas eleitorais	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 41/98	Trata da vacância de senador	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 42/98	Institui sistema eleitoral misto para as eleições para a Câmara dos Deputados e dispõe sobre a suplência dos deputados	Sérgio Machado (PSDB-CE)	CCJ
PEC 43/98	Segundo turno só para presidente da República	Sérgio Machado (PSDB-CE)	CCJ
PEC 44/98	Regras de fidelidade partidária	Sérgio Machado (PSDB-CE)	CCJ
PEC 45/98	Mandato de seis anos para senador	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
<b>Outros assuntos</b>			
PLC 41/98	Regula o processo administrativo na administração federal	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PLC 08/91	Extinção dos manicômios	Sebastião Rocha (PDT-AP)	CAS, para exame das emendas de Plenário, em turno suplementar
PLC 61/97	Cria a Política Nacional de Educação Ambiental	Joel de Hollanda (PFL-PE)	CE
PLC 48/98	Ensino no Exército Brasileiro	Aguardando distribuição	CCJ
PLC 52/98	Parcelamento do solo urbano	Josaphat Marinho (PFL-BA)	Mesa, recebimento de emendas
PLC 53/98	Nomes genéricos em medicamentos	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	CAS
PLC 01/99	Coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação de sangue	Aguardando designação de relator	CAS
PLC 03/99	Institui política nacional de educação em direitos humanos para o ensino fundamental e médio	Aguardando designação de relator	CE

Obs.: Além das matérias acima, a convocação extraordinária inclui matérias sobre tratados, acordos e atos internacionais; projetos de competência privativa do Senado; medidas provisórias; matérias orçamentárias; e ainda as que estejam tramitando sob o regime de urgência ou que sejam encaminhadas neste período.



## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 7 DE JANEIRO DE 1999

Presidente  
Antonio Carlos Magalhães

- ▶ 10h - Preside sessão deliberativa ordinária
- ▶ 15h - Recebe a senadora Emília Fernandes, acompanhada dos vencedores do concurso nacional de monografia sobre o cinquentenário da proclamação do Estado de Israel

### PLENÁRIO

- ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: \*PLC nº 41/98, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal; \*PLC nº 52/98, que altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21/6/41 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nºs 6.015, de 31/12/73 (registro público) e 6.766, de 19/12/79 (parcelamento do solo urbano); e \*Requerimento nº 2, do senador Edison Lobão e outros senadores, solicitando urgência para o substitutivo ao PLC nº 8/91, que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação compulsória.

### PREVISÃO DA SEMANA

### PLENÁRIO

Sexta-feira (8.01.99)

- ▶ 9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvia Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Plenário acata indicações para ANP e Anatel

Nomes de dois integrantes das diretorias das agências nacionais de petróleo e telecomunicações foram aceitos por unanimidade na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e por maioria no plenário

O plenário do Senado aprovou ontem duas mensagens presidenciais indicando dirigentes para agências reguladoras de setores de infra-estrutura. Para a Agência Nacional de Petróleo (ANP), Júlio Colombi Netto teve sua recondução ao cargo de diretor aprovada por 61 votos a favor, um contra e sete abstenções. Para a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o nome de Luiz Tito Cerasoli foi aprovado para integrar o Conselho Diretor por 57 votos a favor, um contra e seis abstenções. A votação foi secreta.

As duas indicações haviam sido acolhidas horas antes, por unanimidade, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), tendo os nomes de Colombi e Cesaroli recebido pareceres favoráveis dos relatores, respectivamente Joel de Hollanda (PFL-PE) e Nabor Júnior (PMDB-AC).

Cerasoli ocupará o cargo deixado vago por Mario Leonel Neto, que renunciou para assumir a vice-presidência de Desenvolvi-

mento Corporativo da Intelsat. Na sua exposição perante a comissão, Cerasoli lembrou ter trabalhado na equipe do então ministro das Comunicações, Sérgio Motta, e participado da reestruturação de tarifas de telecomunicações no país, além da regulamentação do serviço móvel celular.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) disse que Cerasoli é um homem com ampla vivência e currículo adequado para o cargo e comentou a popularização dos telefones celulares, conseguida com a nova política de telecomunicações. Camata pediu maior planejamento das redes para momentos de congestionamento e sugeriu o exame da possibilidade de tarifação para empresas de televisão que usam satélites. Cerasoli afirmou que levará as sugestões do senador à Anatel.

Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) abordou com Cerasoli as reclamações relativas à qualidade dos serviços prestados por algumas concessionárias. O candidato a



Júlio Colombi Netto, diretor da ANP, entre os senadores Romeu Tuma e Nabor Júnior

conselho afirmou que os problemas são resultados da falta de planejamento das antigas empresas, que arrecadavam o dinheiro mas não faziam as melhorias necessárias nas redes. Afirmou que o objeti-

vo da Anatel é garantir a universalização e competição no setor e que, hoje, é possível cobrar qualidade das empresas, que têm direitos e deveres delimitados por contratos.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) elogiou a postura de Cerasoli, que, segundo ele, reflete espírito de cobrança sobre as concessionárias, necessário para o cumprimento das metas determinadas pela Anatel.

## Proálcool, preços e adulterações preocupam senadores

Antes de ter sua recondução para a Agência Nacional de Petróleo (ANP) votada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), Júlio Colombi Netto foi sabatinado pelos senadores, que manifestaram preocupação com questões como o Proálcool, o preço dos combustíveis e o combate às adulterações. Diretor da ANP desde a instalação da agência, em janeiro passado, Colombi está sendo indicado para um novo mandato, desta vez de quatro anos. Em sua exposição, o diretor considerou essencial o estabelecimento de um ambiente regulatório adequado. De acordo com o novo modelo, criado pela "Lei do Petróleo", a Petrobrás deixa de ter o monopólio do setor e passa a ser mais uma empresa competindo no mercado.

— No ano passado, a ANP foi responsável por reduzir práticas de mercado desleais e fiscalizar a qualidade de produtos de modo a evitar a adulteração de combustíveis — afirmou Colombi, durante sua sabatina na reunião da CI, presidida por Nabor Júnior.

A participação do álcool como combustível alternativo para o país foi a preocupação levantada pelos senadores Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Joel de Hollanda. Como problemas, Jonas Pinheiro identificou os baixos preços pagos ao produtor, além da falta de fiscalização da adição de 24% de álcool à gasolina. O senador também condenou o fato de o Rio Grande do Sul não estar misturando álcool e sim metanol à gasolina.

Hollanda fez uma avaliação do setor



Joel de Hollanda diz que os produtores de álcool vivem um momento difícil

sucroalcooleiro. Segundo ele, os produtores enfrentam uma situação difícil em que os sete maiores compradores do álcool estariam fazendo um leilão, forçando o preço do produto para baixo. Nesse contexto, ele pediu a criação de uma superintendência para o setor no âmbito da ANP, para que "a comercialização do produto se dê em bases racionais, de modo a tranquilizar os produtores".

Júlio Colombi Netto criticou a dispersão do poder de decisão sobre o álcool no governo e concordou com Hollanda sobre a necessidade de centralização das ações. Porém, disse não saber se a ANP seria o órgão com essa competência. O diretor da agência avalia que há excesso de oferta de álcool e uma nova visão estratégica do setor devido à diferença do contexto que motivou a criação do Proálcool, há 25 anos, em comparação com a situação atual.



Nabor Júnior presidiu a reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

O senador Gerson Camata sugeriu que a ANP informe claramente à população a composição dos preços dos combustíveis. O controle da qualidade dos derivados do petróleo também foi abordado por Camata, que sugeriu a adoção de penas mais severas para quem adultera os produtos.

Tema que permeou toda a sabatina, a adulteração de combustíveis é, segundo Colombi, muito difícil de ser feita com a estrutura atual da ANP. Ele acredita que a informatização é uma das soluções para o problema e que a transparência nos preços dos combustíveis é fundamental.

A ampliação da utilização do gás natural foi uma das demandas apresentadas pelo senador José Fogaça. Ele acredita que o combustível apresenta vantagens em relação aos derivados do petróleo e pode ajudar o desenvolvimento

do oeste gaúcho, que utiliza a irrigação. Colombi garantiu que a ampliação do uso do gás natural é prioritária e deve passar de 2% da matriz energética do país para entre 10% e 12% num prazo de dez anos.

Último senador a inquirir o indicado, Levy Dias (PPB-MS) quis saber o que está sendo feito do ponto de vista do consumidor, já que o preço do petróleo no mercado internacional caiu muito desde a década de 70. Segundo o diretor, a agência tem se esforçado para eliminar a adulteração do combustível e a sonegação de impostos. Quanto à redução do preço, esclareceu que, no passado, o governo garantiu o produto mais barato e que esse financiamento estaria sendo pago agora.

— Muitos países, com exceção dos Estados Unidos e da Venezuela, costumam fazer dos combustíveis uma fonte de receita fiscal. Se não houver mais desafios fiscais o preço pode cair — disse Colombi.

Também participaram da reunião da CI os senadores Geraldo Althoff (PFL-SC), Romeu Tuma (PFL-SP), Carlos Bezerra (PMDB-MT), Guilherme Palmeira (PFL-AL), Lúdio Coelho (PSDB-MS), Sérgio Machado (PSDB-CE), Osmar Dias (PSDB-PR), Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), Ramez Tebet (PMDB-MS), Josaphat Marinho (PFL-BA), Mauro Miranda (PMDB-GO), Arlindo Porto (PTB-MG), José Agripino (PFL-RN), Emília Fernandes (PDT-RS), José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Freitas Neto (PFL-PI).

## Suplicy cobra controle de qualidade

A qualidade dos produtos e serviços oferecidos por setores da economia que sofreram desregulamentação recentemente deve ser acompanhada de perto, na opinião do senador Eduardo Suplicy. Ele sugeriu a adoção de um fundo criado com o dinheiro de royalties cobrados de empresas de petróleo, como acontece no Alasca (EUA). Assim, continuou, o governo poderia assegurar o usufruto das riquezas do país por toda população.

Colombi esclareceu que a ANP está tomando cuidados para que o setor não saia de um monopólio estatal para um monopólio privado ou uma cartelização. Nesse ambiente, segundo ele, a Petrobrás tem que ser preservada e, por possuir a infra-estrutura, se defende muito bem na abertura do setor. Para o diretor, o dinheiro perdido com a sonegação de impostos, que deve diminuir com a adoção de um imposto único cobrado na saída do combustível da refinaria, pode ser investido na área social.

# Aprovada prorrogação da CPMF por três anos

Plenário encerrou ontem a tramitação em primeiro turno da emenda constitucional que estende a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. A votação em segundo turno está prevista para o dia 19

Por 61 votos a favor e 12 contra, foi aprovada ontem pelo plenário do Senado, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional que aumenta e prorroga por mais três anos a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, marcou para o próximo dia 19 a votação da emenda em segundo turno. Se aprovada, será encaminhada imediatamente à apreciação da Câmara dos Deputados.

A proposta, apresentada pelo senador Elcio Alvares (PFL-ES), aumenta a alíquota da CPMF dos atuais 0,20% para 0,38% nos primeiros 12 meses de sua nova vigência. Nos 24 meses seguintes, a alíquota cairá para 0,30%. O governo prevê que, nos primeiros 12 meses, a contribuição irá gerar cerca de R\$ 15,3 bilhões, que serão destinados à área de saúde e à Previdência Social.

Durante duas horas, 16 senadores debateram a proposta. Parlamentares da oposição observaram, entre outros pontos, que o governo reduziu as verbas orçamentárias para o setor de saúde assim que a CPMF entrou em vigor – atualmente, toda a arrecadação vai para a saúde. Senadores que apóiam o governo ponderaram que, mesmo contrários à contribuição, votariam a favor pela necessidade de ajuste fiscal.

## Porto comenta na TV aumento da contribuição

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) votou contra o aumento da CPMF de 0,20% para 0,38%, aprovado na tarde de ontem, em primeiro turno, pelo Senado. Foi o que ele declarou em entrevista à TV Senado que será transmitida hoje, às 4h30, 9h30, 12h30 e 20h30.

Além de comentar a elevação e prorrogação do imposto, o senador falou sobre outras medidas de ajuste fiscal. Analisou, também, as dificuldades dos estados para pagar suas dívidas, mas não apoiou a moratória proposta pelo governador de Minas Gerais, Itamar Franco. Arlindo Porto defendeu o diálogo entre os governadores e o governo federal e sugeriu que os estados façam ajustes internos para evitar o endividamento.

Romeu Tuma foi o relator da proposta, que obteve no plenário 61 votos a favor e 12 contra



– O país não fez o dever de casa, deixando de lado a reforma tributária. A CPMF inibe a produção, aumenta o desemprego e provoca recessão. No entanto, o ajuste fiscal neste momento é o mais importante – afirmou o senador Fernando Bezerra (PMDB-RN).

O relator da proposta, senador Romeu Tuma (PFL-SP), no exercício da liderança do governo no Senado, destacou em seu parecer que as crises da Ásia e da Rússia levaram o Executivo a preparar o Programa de Es-

tabilização Fiscal, com cortes de gastos e aumento de arrecadação que somam R\$ 28 bilhões neste ano. A prorrogação e o aumento da CPMF representarão cerca de R\$ 7 bilhões do ajuste fiscal.

### INCIDÊNCIA

Tuma salientou ainda em seu parecer que a CPMF tem uma incidência universal e genérica “jamais imaginada”, atingindo até mesmo setores informais da economia. Cerca de 20 milhões de brasileiros pagam a CPMF, sendo mais de 16 milhões com me-

nos de R\$ 150,00 por ano.

A vigência da atual CPMF vai até o dia 22. Por serem necessários 90 dias após a promulgação para que entre em vigor a nova emenda, a prorrogação e o aumento da contribuição só devem vigorar depois do final de abril. Como o orçamento para este ano previa a CPMF sem interrupção, para substituir a perda de arrecadação, a emenda autoriza o governo a vender no mercado títulos da dívida no mesmo valor da contribuição não arrecadada.

## ACM diz que Senado votou a favor do ajuste

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que a aprovação da emenda da CPMF mostra que “o Congresso está consciente de que o Brasil precisa do ajuste fiscal”. Ele defendeu o saneamento das contas públicas para “aumentar a credibilidade no exterior e sair dos problemas econômicos que estamos enfrentando”.

– Toda caminhada de uma légua começa com o primeiro passo. Demos um grande primeiro passo – frisou.

Antonio Carlos informou que no dia 13 começará a votação, pelo Congresso, das medidas provisórias que precisam ser aprovadas neste mês, e garantiu que toda a pauta da convocação extraordinária será votada pelo Senado.

– Os senadores são excepcionais no seu amor ao país, sabem que a hora é grave, e estão demonstrando isso em plenário – declarou.

Ele condenou a decretação de moratória pelo governo de Minas:

– O governo federal, evidentemente, deverá usar os recursos adequados para fazer cumprir o contrato que tem com o governo de Minas e com os outros estados do Brasil. Não pode haver diferença em favor de Itamar Franco ou dos outros governadores – afirmou.

## OS PRÓXIMOS PASSOS DA EMENDA



. A emenda constitucional que prorroga a CPMF deverá ser votada em segundo turno pelo Senado no dia 19 de janeiro.

. Aprovada em segundo turno, a proposta será enviada à Câmara.



. Ela será apreciada inicialmente pela Comissão de Constituição e Justiça e, posteriormente, por uma comissão especial destinada a avaliar o mérito da matéria.

. Depois de passar pelas comissões, a emenda constitucional será submetida a dois turnos de votação no plenário da Câmara. Caso obtenha pelo menos três quintos dos votos nas duas ocasiões, será considerada aprovada.

### Promulgação

. Nesse caso, a emenda será promulgada pela Mesa do Congresso Nacional, que é formada por integrantes das Mesas da Câmara e do Senado.

. Três meses depois da promulgação, a CPMF começará a ser cobrada da população, com a nova alíquota, de 0,38%.



# O QUE DISSERAM OS SENADORES

A votação da proposta de emenda constitucional que prorroga a vigência da CPMF e eleva a sua alíquota provocou intenso debate ontem no plenário do Senado. Os senadores do Bloco Oposição centraram suas críticas na possibilida-

de de os recursos não serem destinados à saúde e à Previdência Social. Os senadores governistas sustentaram que a aprovação da PEC representa uma medida fundamental para o ajuste das contas públicas.

## Valadares condena opção escolhida



Valadares

Antonio Carlos Valadares disse que o governo deveria buscar outras alternativas de custeio para a saúde que não onerasse "trabalhadores, servidores e empresários, que não suportam a atual carga tributária".

Ele tentou sem êxito apresentar emenda isentando trabalhadores que ganham até R\$ 1.200 e restituindo a contribuição de pessoas físicas em até R\$ 150 anuais. "Essa proposta amenizaria os impactos negativos do aumento da CPMF", lamentou.

## Bezerra: ajuste justifica proposta



Bezerra

Apesar de considerar que o aumento da CPMF inibe a produção e agrava o desemprego, Fernando Bezerra votou a favor da proposta. Ele justificou sua atitude "pela absoluta necessidade de se fazer o ajuste fiscal".

O senador potiguar defendeu mais uma vez a realização da reforma tributária. "Tenho a expectativa de que o governo mude esta estrutura tributária que prejudica a competitividade das empresas brasileiras."

## Piva: razões de salvação nacional



Piva

Pedro Piva lamentou a necessidade da prorrogação da contribuição. Ele afirmou que o seu voto favorável à proposta deve-se a razões de "salvação nacional", dada a importância do ajuste fiscal. "Mas

apelo ao governo para que complemente a aprovação da proposta com medidas que façam o país voltar a competir no mercado internacional", observou.

## Dutra considera aumento inútil



Dutra

Mesmo simpático à tributação sobre movimentação financeira, "devido a sua capacidade de evitar a sonegação", José Eduardo Dutra criticou a proposta de emenda. "Infelizmente, o governo continua tratando a Constituição como uma colcha de retalhos que pode ser modificada de acordo com seus humores."

Para o senador petista, o aumento da CPMF é inútil, "diante do déficit comercial brasileiro de R\$ 30 bilhões e dos R\$ 80 bilhões gastos com juros".

## Ademir aponta desvio de recursos



Ademir

Apesar de ser favorável a impostos sobre movimentação financeira, "por serem de fácil cobrança e menos sujeitos à sonegação", Ademir Andrade criticou a proposta. Ele alega que os recursos

destinados à saúde foram desviados pelo Executivo. "Não podemos tirar dinheiro da sociedade e mandar para banqueiros nacionais e internacionais", ressaltou o senador paraense, referindo-se aos R\$ 42 bilhões que o país deve pagar de serviços da dívida em 1999.

## Lobão: não há outra alternativa



Lobão

Citando o senador Fernando Bezerra, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o senador pelo Maranhão Edison Lobão disse que não há, no momento, alternativas

à aprovação da prorrogação da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. "É a melhor solução para o país."

## Suplicy lamenta ônus à produção



Suplicy

A atual crise econômica não justifica a prorrogação da CPMF e a majoração de suas alíquotas, na opinião de Eduardo Suplicy. Para ele, a reversão do quadro econômico depende

da alteração da política cambial e da aprovação da reforma tributária. "A sistemática improvisação do governo nesta área torna a estrutura fiscal ainda menos justa e transparente, onerando o sistema produtivo e prejudicando a geração de empregos", advertiu.

## Requião: contra a política econômica



Requião

Ao votar contra a PEC, Roberto Requião disse que defendia o empresário nacional e os trabalhadores demitidos. O senador disse que há outros meios para obter o equilíbrio das contas públicas. "A

continuação da política de abertura econômica absoluta levará a situações de extrema dificuldade em 1999. Existem alternativas, como a redução dos juros, alterações no câmbio e a conversão da dívida externa em investimentos através de programas de desenvolvimento", sugeriu.

## Nabor: Congresso precisa colaborar



Nabor

O senador pelo Acre Nabor Júnior defendeu a aprovação da emenda constitucional que prevê a prorrogação da cobrança da CPMF como uma contribuição do Congresso

Nacional para a resolução dos problemas brasileiros. "Não podemos faltar ao país com a sua contribuição para solucionar a crise econômica", sustentou o senador.

## Freire pede nova "visão tributária"



Freire

Apesar de favorável à cobrança do imposto sobre cheques, Roberto Freire lamentou que não estejam sendo propostas medidas para alterar o sistema tributário nacional. "Voto

a favor da proposta, mas com a visão crítica de que estamos adotando medidas que não correspondem a uma nova visão do sistema tributário. A reforma tributária deveria ter sido a primeira medida do primeiro governo do presidente Fernando Henrique", afirmou.

## Rocha: alívio para as dificuldades



Rocha

Mesmo pertencendo à oposição, o senador pelo Amapá Sebastião Rocha adotou em plenário uma posição favorável à proposta de prorrogação da Contribuição Provisória sobre

Movimentação Financeira. Preocupado com o futuro da saúde no país, Sebastião Rocha previu que os recursos obtidos por meio da cobrança da CPMF poderão vir a amenizar as dificuldades do setor.

## Machado: crise exige coragem



Machado

Para o líder do PSDB, Sérgio Machado, a aprovação da prorrogação da CPMF é uma demonstração de coragem do Congresso Nacional. "Vivemos um momento difícil e é preciso a coragem de fazer o certo. O ajuste é duro, mas necessário para o país cumprir seus acordos. É uma sinalização para o Brasil encontrar a estrada do desenvolvimento", observou.

## Emília: CPMF não beneficiou saúde



Emília

A senadora Emília Fernandes não vê resultados positivos na adoção da CPMF. "Os resultados deste investimento que penalizou trabalhadores e a produção brasileira não se refletiram no setor de

saúde". Emília defendeu medidas alternativas que diminuam a carga tributária e desonerem a produção. "Temos que tirar da informalidade grande número de trabalhadores", afirmou a senadora, lembrando que isso aumentaria os recursos destinados à saúde e à Previdência Social.

## Osmar defende crescimento



Osmar

Apesar de favorável à medida, Osmar Dias demonstrou preocupação com a destinação dos recursos. "Espero que efetivamente sejam destinados à saúde e à Previdência".

Osmar Dias salientou que o governo espera arrecadar R\$ 8 bilhões este ano com a contribuição, o mesmo valor das importações brasileiras de alimento. "Se a produção fosse estimulada, não estaríamos gerando recessão no país e seria uma alternativa ao aumento de imposto", afirmou.

## Tebet reclama um novo regime fiscal



Tebet

O relator da proposta de Orçamento da União para 1999, senador Ramez Tebet, disse que a aprovação da prorrogação da cobrança da CPMF não basta para

equilibrar a economia brasileira. "A sociedade exige que o governo e o Congresso promovam a reforma tributária", ressaltou o senador por Mato Grosso do Sul.

## Josaphat Marinho afirma que emenda constitucional viola "princípios elementares da técnica legislativa"

Para Josaphat Marinho, a proposta de emenda constitucional agride princípios elementares da técnica legislativa, quando trata da prorrogação da cobrança da contribuição e ao mesmo tempo propõe alteração de alíquotas. "Pror-

rogação significa ampliação de prazo para que certas coisas não sofram solução de continuidade, e o que se modifica não continua no tempo." Na opinião de Josaphat, o objetivo inicial da CPMF foi desvirtuado. "Os recursos não foram in-

teiramente destinados à saúde e o próprio ministro José Serra denunciou este fato", alertou. Mas, para ele, o mais grave é a relação entre o aumento da CPMF e a necessidade de custeio da Previdência Social. Josaphat entende que a origem

da falta de recursos do setor está em históricos problemas de gestão, e sustenta que o desequilíbrio financeiro da Previdência concentra-se na falta de um fundo para depósito das contribuições.



Josaphat Marinho

# Suplicy quer erradicação gradual da pobreza

Projeto de lei apresentado ontem pelo senador determina que o governo estabeleça metas públicas de redução das desigualdades sociais, que seriam levadas em conta na elaboração dos orçamentos e dos planos plurianuais

## Suassuna propõe defesa do DNOCS

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) propôs ontem a formação de uma frente parlamentar para negociar com o presidente Fernando Henrique Cardoso o imediato cancelamento de sua decisão de extinguir o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), prevista na Medida Provisória nº 1.795, de 1º de janeiro passado.

Segundo Suassuna, não há motivos para extinguir o órgão. "Foi uma medida intempestiva, tomada por quem não conhece a problemática da seca e dos recursos hídricos no país. O DNOCS tem-se mostrado atuante, prestando relevantes serviços à Paraíba, ao Nordeste e ao Brasil. Seu corpo técnico amejou, nesses 90 anos de atuação, um grande acervo de informações, estudos e pesquisas que corre o risco de se perder, caso o órgão seja desativado", enfatizou.

O sistema do DNOCS é composto de 309 açudes públicos, distribuídos em nove estados, possibilitando ativar 18.500 hectares de terras irrigáveis, revelou Suassuna. "Esses açudes respondem pela perenização de mais de três mil



Suassuna pretende formar uma frente parlamentar em defesa da manutenção do órgão

quilômetros de rios, anteriormente intermitentes, e abastecem 127 cidades com população de 1,8 milhão de habitantes. No Polígono das Secas, o DNOCS já implantou 27 mil poços tubulares profundos, para ofertar água em áreas distanciadas das reservas."

O senador pela Paraíba lembrou que o DNOCS já trabalha com base nos novos conceitos de gestão administrativa, identificados como necessários para modernizar o órgão pela Comissão Parlamentar Mista, em 1991, que teve como relator o senador Beni Veras (PSDB-CE).

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem, em plenário, projeto de lei que institui uma "linha oficial de pobreza", determinando que o governo estabeleça metas de progressiva erradicação da pobreza e diminuição de desigualdades socioeconômicas. De acordo com a proposta do senador, as instituições responsáveis pelo estabelecimento da linha oficial de pobreza são a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Segundo o projeto de Suplicy, a linha oficial de pobreza seria o rendimento anual mínimo necessário para que uma família ou uma pessoa possa suprir suas necessidades vitais, e o presidente da República, já na posse, deveria estabelecer metas regionais de erradicação da pobreza e de diminuição de desigualdades socioeconômicas ao longo do período de seu governo, assim como enviar mensagem ao Congresso Nacional dando conhecimento dessas metas. A linha oficial de pobreza também orientaria a elaboração dos planos plurianuais, das leis de diretrizes orçamentárias, dos orçamentos anuais e dos planos e programas nacionais, regionais e setoriais.

Suplicy baseou sua justificativa nos dois discursos de posse do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995 e em 1999, quando assumiu o compromisso



Suplicy lembrou que as desigualdades sociais agravaram-se nos últimos anos

de combater e diminuir as desigualdades sociais. "Qual foi o progresso realmente havido?", indagou Suplicy, ressaltando que os índices de desemprego aumentaram, pesquisas demonstram que

houve concentração de renda e existem evidências do agravamento das desigualdades.

— Levando-se em conta a média real mensal, a valores de setembro de 1997, em reais, das pessoas com mais de dez anos de idade, verifica-se que os rendimentos dos 10% mais pobres da população, que em 1996 eram de R\$ 61, caíram para a cifra irrisória de R\$ 58. No outro extremo, observa-se que o 1% mais rico da população recebeu, em média, R\$ 7.066 por mês em 1996 e, em 1997, valor um pouco superior a R\$ 7.068. Os números da desigualdade de renda e pobreza no Brasil são alarmantes. A redução da pobreza deve ser uma das maiores responsabilidades do governo — explicou o senador.

## Osmar sugere comparações com outros países

Em aparte, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) alertou para a necessidade de se fazer comparações com outros países quando se analisa a situação social brasileira, para não se cometer injustiças. Osmar Dias lembrou que países como a Argentina também enfrentam a mesma crise e também padecem com altos índices de desemprego, mas alguns países, como a França, encontraram soluções criativas. O senador lembrou ainda que foi autor de um projeto de lei para garantir o primeiro emprego aos jo-

vens que ingressam no mercado de trabalho.

Suplicy observou que países como Estados Unidos, Japão e China têm baixos índices de desemprego e perguntou o porquê disso. "Se compararmos o Brasil com outros países na questão social, somos os vice-campeões mundiais da desigualdade econômica", afirmou o senador.

O senador Lauro Campos (PT-DF) apoiou o projeto de lei de Suplicy e elogiou a maneira como foi apresentado.



## RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 6 DE JANEIRO DE 1999

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 1998 (Autores: Elcio Alvares e outros). Prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da contribuição a que se refere o art. 74 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (CPMF). Parecer nº 639/98-CCJ, Relator: senador Romeu Tuma, favorável, com votos contrários dos senadores Josaphat Marinho, Antonio Carlos Valadares e José Eduardo Dutra.

**Resultado:** Aprovada, em primeiro turno. Votaram: Sim: 61; Não: 12; Abst: 0. Total: 73. A matéria constará da Ordem do Dia do próximo dia 14, quinta-feira, para o primeiro dia de discussão, em segundo turno.

2

Parecer nº 7, de 1999 (Comissão de Serviços de Infra-Estrutura). Relator: senador Joel de Hollanda. Sobre a Mensagem nº 279, de 1998, que submete à deliberação do Senado o nome do senhor Júlio Colombi Netto à recondução ao cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

**Resultado:** Aprovado. Votaram: Sim: 61; Não: 1; Abst: 7. Total: 69. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

3

Parecer nº 8, de 1999 (Comissão de Serviços de Infra-Estrutura). Relator: senador Nabor Júnior. Sobre a Mensagem nº 27, de 1999, que submete à deliberação do Senado o nome do senhor Luiz Tito Cerasoli para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com mandato até 4 de novembro de 2003, na vaga decorrente da exoneração do senhor Mário Leonel Neto.

**Resultado:** Aprovado. Votaram: Sim: 57; Não: 1; Abst: 6. Total: 64. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

## Padre Marcelo Rossi abriu TV comercial a temas religiosos, avalia Sebastião Rocha

Fenômeno de comunicação, o padre Marcelo Rossi fez com que os canais de televisão comercial, antes avessos a temas religiosos, abrissem sua programação à mensagem cristã e católica, afirmou ontem o senador Sebastião Rocha (PDT-AP). Dada a superexposição do padre ao grande público, o senador considerou como natural o surgimento de reações contrárias, preocupando-o "apenas o fato de a mídia transformá-lo de simples sacerdote que encontrou uma nova maneira de divulgar o Evangelho numa superestrela, imagem que não fica bem num sacerdote".

Para Sebastião Rocha, o padre Marcelo, em São Paulo, assim como os padres Zeca e Jorjão, no Rio de



Sebastião Rocha vê padre Marcelo como um "fenômeno de comunicação"

Janeiro, e os padres Giovanni, Moacir, Ribamar e Rambo, de Brasília, representam uma nova Igreja Católica, que fala a língua do povo e

transforma as igrejas "em organismos vivos, atuantes e engajados nas aspirações do nosso tempo".

Na opinião do senador, o padre Marcelo é um fenômeno de comunicação por fugir ao estereótipo de que o religioso é uma pessoa reclusa, exclusivamente dedicada à religião, e mostrar que a prática religiosa não se dissocia do dia-a-dia nem impede que um sacerdote cante, dance, ria e reze como as pessoas comuns.

Quanto às reações desfavoráveis ao êxito de padre Marcelo, Sebastião Rocha atribuiu-as àqueles que gostariam de vê-lo mais comprometido com causas sociais e aos adeptos de uma igreja mais conservadora.

# Direitos humanos podem virar matéria de escola

Proposta originária da Câmara dos Deputados começa a ser discutida e votada pelo Senado durante o atual período de convocação extraordinária. Disciplina constaria dos currículos do ensino fundamental e médio

A temática dos direitos humanos poderá integrar disciplinas da educação formal do ensino fundamental e médio. Isso é o que estabelece projeto de lei da Câmara dos Deputados a ser discutido e votado pelo Senado durante o atual período de convocação extraordinária do Congresso.

A proposta institui a Política Nacional de Educação em Direitos Humanos, que engloba o conjunto de iniciativas que têm como finalidade o respeito à dignidade da pessoa humana e à

formação da cidadania.

“A promoção de uma cultura de paz e de justiça em lugar da cultura da guerra, da violência e da astúcia dominantes” é um dos objetivos fundamentais da educação em direitos humanos, conforme o projeto.

Para tornar viável a concretização da proposta junto à sociedade, o projeto prevê que os meios de comunicação de massa colaborarão de maneira ativa e permanente na divulgação de informações educativas sobre o assunto.

A proposição é favorável a que todos tenham direito à educação em direitos humanos como parte do processo educativo mais amplo. Desse modo, o trabalho escolar deverá incluir a consulta à Constituição federal, às Constituições estaduais, às Leis Orgânicas dos Municípios, à Declaração Universal dos Direitos Humanos, à Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e aos instrumentos sobre direitos humanos, genéricos e específicos, da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A data de 10 de dezembro, Dia Mundial dos Direitos Humanos, deverá, segundo a proposta, ser comemorada nas escolas, reunindo os fatos específicos locais, regionais, nacionais e mundiais “para reafirmar o compromisso constante da observância dos direitos humanos por todos e em toda parte e a todo momento”.

Ainda de acordo com o projeto, a Política Nacional de Educação em Direitos Humanos incluirá, em sua esfera de ação, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino da União, estados, Distrito Federal e municípios e organizações governamentais e não-governamentais com atuação em educação em direitos humanos.



Antonio Carlos Magalhães recebeu o ministro Celso Lafer, que disse ter ido ao Congresso retribuir uma cortesia do seu presidente

## ACM recebe o ministro do Desenvolvimento

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem de manhã o ministro Celso Lafer, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

À saída do gabinete, o ministro Celso Lafer disse que foi uma “visita de cortesia”, em retribuição à presença de Antonio Carlos na sua solenidade de posse e como “homenagem à capacidade e liderança do presidente do Senado”, que

disse conhecer “de longa data”.

Segundo Lafer, o encontro permitiu uma rápida troca de impressões a respeito de matérias de interesse do Executivo, no momento em tramitação no Congresso Nacional.

O ministro destacou que é natural o diálogo entre o ministério e a área parlamentar, já que “muitas questões de interesse da pasta passam pelo Legislativo”.

## João Rocha pede novo modelo para o ensino superior no país

A partir da constatação de que o interesse do jovem brasileiro pelo ensino superior diminuiu, apesar de o número de formados no ensino médio ter duplicado nos últimos dez anos, o senador João Rocha (PFL-TO) propôs a adoção de um novo modelo de ensino superior no Brasil que incorpore os avanços tecnológicos que permitam aos alunos estudar sem a necessidade de frequentar uma sala de aula formal:

– A incorporação, pelo nosso ensino superior, dos avanços acontecidos na indústria do conhecimento e nas técnicas de armazenar, manipular e apresentar informações haverá de representar, sem dúvida alguma, um notável passo adiante. Para que essa incorporação possa se efetivar, porém, falta um pré-requisito. É aqui chegamos a um pon-

to que toca de perto às atribuições do Congresso Nacional, pois o pré-requisito a que me refiro é a modernização de nossa legislação de ensino – explicou Rocha.

Para o senador, já se tem a medida da qualidade

do ensino e agora é o momento de calcular a relação aluno-professor. “Atualmente, para que uma faculdade seja reconhecida exige-se que um fiscal do MEC conte os livros existentes na biblioteca. Mas, como poderá esse fiscal desincumbir-se de sua tarefa se a biblioteca inteira estiver guardada em uma caixa de sapatos, contendo algumas dúzias de CD-ROMs?



Rocha quer incorporar ao modelo brasileiro as conquistas do conhecimento e da tecnologia

Como poderá ele contar as assinaturas de periódicos que estão disponíveis na Internet? Como se calcula a relação professor-aluno quando a aula é transmitida via satélite para cinco mil alunos? Como se controla a presença obrigatória de um aluno que está no Acre estudando por correspondência ou pela Internet?”, questionou o senador.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

7h - Saúde Todo Dia - Atividade: Unibiótica.  
7h30 - Especial/UNIP - Assunto: Transplante de medula  
7h55 - Senado em Pauta  
8h - Saúde Todo Dia - Ginástica Olímpica  
8h30 - Jornal do Senado  
8h55 - Senado em Pauta  
9h - Cares do Brasil - Em destaque, Paraná  
9h30 - Entrevista com o senador Arlindo Porto  
9h55 - Senado em Pauta  
10h - Cares do Brasil - Amazonas  
10h30 - Saúde Todo Dia - Atividade: Unibiótica  
10h55 - Senado em Pauta  
11h - Especial/UNIP - Assunto: Transplante de medula  
11h30 - Espaço Cultural - Apresentando o cantor Renato Teixeira  
12h - Cares do Brasil - Bahia  
12h30 - Entrevista com o senador Arlindo Porto  
12h55 - Senado em Pauta  
13h - Cares do Brasil - Olinda  
13h30 - Debate - Os senadores Geraldo Althoff e Carlos Patrocínio debatem sobre planos de saúde  
14h30 - Sessão plenária  
18h30 - Cares do Brasil - Brasília

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

19h - Palestra - Qualidade de vida  
20h - Cares do Brasil - Dendê da Bahia  
20h30 - Entrevista com o senador Arlindo Porto  
21h - Jornal do Senado  
21h15 - Debate - Os senadores Geraldo Althoff e Carlos Patrocínio debatem sobre planos de saúde  
22h - Sessão plenária (reapresentação)

8h - Agenda Senado  
Em seguida - Música e informação  
14h30 - Sessão plenária (ao vivo)  
Em seguida - Música e informação  
19h - “A Voz do Brasil”  
Em seguida - Música e informação  
20h30 - “Senado em Linha Direta - Edição Nordeste”  
Em seguida - Música e informação  
21h - “Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste”  
Em seguida - Música e Informação  
21h30 - “Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste”  
Em seguida - Música e informação  
00h - Reprise sessão plenária do Senado  
Em seguida - Música e informação

### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
  - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínima) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
  - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
  - Satélite: Brasilsat B2
  - Polarização: Vertical (RX)
  - Modo: Joint-Stereo
  - Taxa: 128 Kbps-BPSK
  - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

# CPI das Pesquisas pedirá quebra de sigilo

Relator Roberto Requião apresentará, na primeira reunião oficial da comissão, pedido para ter acesso aos extratos bancários e às ligações telefônicas dos diretores dos institutos que realizaram enquetes eleitorais no ano passado

Em reunião informal da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) destinada a apurar as possíveis irregularidades cometidas pelos institutos de pesquisa durante as eleições de outubro passado, o relator, senador Roberto Requião (PMDB-PR), informou que na próxima reunião oficial solicitará a quebra dos sigilos bancário e telefônico das empresas pesquisadoras e de seus diretores.

Requião também propôs a convocação de João Carlos Martins, ex-presidente da empresa Pau Brasil, para depor sobre a situação na qual se envolveu a empresa que presidia, que ao mesmo tempo contratava pesquisas do Ibope e patrocinava um candidato a prefeito de São Paulo em uma eleição passada. O relator adiantou que o próprio empresário, que atualmente está em Nova York, colocou-se à disposição para vir ao Brasil prestar esclarecimentos.

Por meio de outros depoimentos, o relator quer definir a influência da divulgação das pesquisas nos resultados eleitorais. Re-

quião sugeriu que a CPI também procure estabelecer o relacionamento entre os institutos de pesquisa e seus clientes políticos e institucionais:

– Queremos, ao final desta CPMI, decidir se as pesquisas devem ser divulgadas, e, se a resposta for positiva, como e quando. Queremos disciplinar as pesquisas e sua divulgação. E também estabelecer ou não, dependendo da vontade da maioria dos integrantes da comissão, uma punição sobre as pesquisas evidentemente erradas ou fraudadas – acrescentou Roberto Requião.

Ao concordar com as sugestões apresentadas por Requião, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) observou que tão grave quanto os critérios utilizados na elaboração da pesqui-

sa é a sua divulgação. Ele quer que esse aspecto também seja analisado, lembrando que o resultado de uma pesquisa pode ser manipulado mediante a forma com que é tornado público. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) concordou igualmente com as sugestões apresentadas e comentou que a presença de Requião na relatoria garante a isenção, a eficácia e a seriedade dos trabalhos.

Já a deputada Marta Suplicy (PT-SP) disse que a comissão deverá estabelecer critérios também para as amostragens e exigir que eles sejam cumpridos. Também participaram da reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito os senadores Nabor Júnior (PMDB-AC), Geraldo Althoff (PFL-SC), Ademir Andrade (PSB-PA) e Emília Fernandes (PDT-RS), além dos deputados Maluly Neto (PFL-SP), Rita Camata (PMDB-ES) e Márcio Fortes (PSDB-RJ).

Magalhães, ele e o senador Eduardo Suplicy foram informados de que as providências para incluir a CPI das Pesquisas na convocação extraordinária estavam sendo tomadas.

Para a deputada Marta Suplicy, a petição apresentada pela Associação Nacional das Empresas de Pesquisas foi petulante e representou um intrometimento. “Eu não sinto só estranheza por essa posição, mas fico também indignada com a atitude”, protestou, observando que, se os institutos de pesquisa confiam na lisura do seu trabalho, não devem temer os trabalhos da comissão.

## Parlamentares criticam pedido de arquivamento

O senador Roberto Requião confessou ter ficado surpreso com a petição apresentada pela Associação Nacional das Empresas de Pesquisas (Anep) para a “extinção” e o respectivo “arquivamento” da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) destinada a apurar as possíveis irregularidades cometidas pelos institutos de pesquisa durante as eleições de outubro passado.

A Anep justificou seu pedido com base no fato de a CPI não ter sido incluída na pauta da convocação extraordinária. Em virtude da petição apresentada, a CPI das Pesquisas reuniu-se apenas informalmente ontem:

– Causa estranheza o pânico absolutamente injustificável das empresas de pesquisa, que neste momento deveriam estar insistindo

para que a CPMI se instalasse, uma vez que, no mínimo, se esperava que elas tivessem confiança nos seus procedimentos e nos resultados das pesquisas que anunciaram durante o processo eleitoral – comentou Requião, que é o relator da comissão.

A decisão de realizar a reunião informalmente partiu de um consenso entre o presidente, deputado Maluly Neto, o vice-presidente, senador Ademir Andrade, e o relator da CPI. Maluly Neto explicou que, para funcionar de forma oficial, a comissão deveria, regimentalmente, ter sua existência prorrogada e incluída na pauta da convocação extraordinária.

O senador Ademir Andrade revelou que, na terça-feira à tarde, em conversa com o presidente do Congresso, senador Antonio Carlos



Requião (E) deseja que, ao final dos trabalhos, a CPMI discipline as pesquisas e sua divulgação, podendo definir formas de punir os fraudadores

## Senadores debatem planos de saúde na TV

Antes de assinar o novo contrato com o plano de saúde, o usuário deve ter muita paciência e cuidado. Essa foi a recomendação feita pelos senadores Carlos Patrocínio (PFL-TO) e Geraldo Althoff (PFL-SC), durante debate organizado pela TV Senado.

Os dois senadores debateram as novas regras estabelecidas pelo Ministério da Saúde e que começaram a valer desde a última segunda-feira, dia 4. Althoff lembrou que os contratos devem ser adaptados às novas regras até dezembro.

Uma delas, a determinação de que os planos ofereçam cobertura total no atendimento ambulatorial, hospitalar e odontológico, foi comentada

por Carlos Patrocínio. Ele também alertou que nenhuma seguradora poderá aumentar os valores das mensalidades alegando a implementação dos novos serviços.

Geraldo Althoff revelou que há uma expectativa de que 40% da população ingresse nos sistemas de planos de saúde. Com isso, ele espera que os 60% restantes tenham um atendimento melhor no Sistema Único de Saúde. Ele também disse esperar que a concorrência entre os planos e seguros privados reduza os preços cobrados dos consumidores.

O debate será exibido pela TV Senado amanhã, em três horários (às 5h, 13h30 e 21h15), e reprisado no sábado, às 19h30.



Patrocínio e Althoff (abaixo) advertiram consumidores para as novas regras e recomendaram cuidado com os contratos



Ademir acredita que os prazos da CPI serão prorrogados

## Novo senador capixaba

Tomou posse ontem o novo senador pelo Espírito Santo, Ricardo Santos (PSDB). Ele era primeiro suplente de José Ignácio Ferreira, que assumiu o governo do estado no último dia 1º.

Ao discursar, depois do juramento, Ricardo Santos comunicou ao plenário sua intenção de solicitar licença para ocupar o cargo de secretário de Estado no Espírito Santo, “por convocação expressa do governador”, para contribuir, com sua experiência, para “a reconstrução econômica, financeira e administrativa do estado”.



Ricardo Santos deverá licenciar-se para ocupar cargo de secretário